

Walter Benjamin, "A Tarefa do Tradutor" (Die Aufgabe des Übersetzers, *Gesammelte Schriften*, IV.1, pp. 9 -21).

Tradução Maria Filomena Molder

A relação com o receptor em lado nenhum se revela fecunda para o conhecimento de uma obra de arte ou de uma forma artística. E isto não só porque cada relação com um público determinado ou com o seu representante é um desvio, mas porque mesmo o conceito de um receptor “ideal” é prejudicial em todas as explicações teóricas sobre arte, pois estas devem manter-se pura e simplesmente sob a pressuposição da existência e da essência do homem. A arte pressupõe a sua essência corpórea e espiritual, mas não a atenção a qualquer das suas obras. Porque nenhum poema é válido por relação ao leitor, nenhum quadro em relação ao contemplador, nenhuma sinfonia por relação ao auditório.

Será uma tradução válida para o leitor que não conhece o original? Isto parece suficiente para explicar a diferença de categoria no domínio da arte entre ambos. Além disso, parece ser a única razão possível para voltar a dizer “o mesmo”. O que “diz” um poema? O que comunica? Muito pouco para quem o compreende. O que lhe é essencial não é comunicação, não é declaração. Por isso aquela tradução que quer servir de intermediário, não é intermediário de nada a não ser da comunicação — i.e., algo de inessencial. Isto é um sinal de identificação das más traduções. O que existe num poema para além da comunicação — e mesmo o mau tradutor admite que isso é essencial — não será o inapreensível, o misterioso, o “poético”? Isso que o tradutor só pode restituir poetando também? Daqui se segue uma segunda marca da má tradução, que se pode definir como uma transmissão deficiente de um conteúdo inessencial. Tal acontecerá, enquanto a tradução estiver comprometida em servir o leitor. Mas, se ela estiver destinada ao leitor, também o original o deveria estar. Se o original não estiver nessa disposição, como se pode compreender a tradução a partir dessa relação?

A tradução é uma forma. Concebê-la como tal implica regressar ao original. Porque no original está a lei da sua forma, enquanto contida na sua traduzibilidade. A

pergunta pela traduzibilidade de uma obra tem dois sentidos: será que se encontra, entre a totalidade dos seus leitores, o seu tradutor satisfatório ou com maior propriedade: permitirá a obra, de acordo com a sua essência, uma tradução e, portanto, também a exigirá, de acordo com a significação desta forma? Em princípio, à primeira pergunta só se pode responder problematicamente, à segunda apodicticamente. Só um pensamento superficial poderia considerar as duas perguntas como idênticas, negando o sentido autónomo da última. Deve dizer-se, em contrapartida, que certos conceitos de relação ganham o seu melhor sentido, quando, de antemão, não se referem exclusivamente a pessoas. Podia-se até falar de uma vida ou de um momento inesquecível, mesmo quando todos os homens os tivessem esquecido. Por exemplo, se a sua essência exigisse que não fossem esquecidos, aquele predicado não conteria nada de falso, antes, inversamente, conteria uma exigência a que os homens não correspondem e, ao mesmo tempo, também a referência a um domínio próprio correspondente: o do pensamento de Deus. De igual modo, a traduzibilidade das formas literárias deve ser considerada, mesmo que sejam intraduzíveis para os leitores. E não seriam elas, de acordo com um conceito estrito de tradução, realmente intraduzíveis até um certo ponto? Em tal desenredo deve perguntar-se se deve ser exigida a tradução de certas formas literárias: se a tradução é uma forma, então a traduzibilidade deve ser essencial a certas obras.

A traduzibilidade é própria da essência de certas obras — isto não significa que a sua tradução seja essencial para ele próprio, mas significa que uma determinada significação, que habita no original, se exterioriza na sua traduzibilidade. É evidente que uma tradução, por melhor que seja, jamais pode significar algo para o original. E, no entanto, devido à traduzibilidade do original, a tradução está na conexão mais imediata com o original. Esta conexão é mesmo tanto mais íntima quanto mais se acentuar o facto de ela já nada significar para o original. Ela deve designar-se de natural e até, com maior precisão, ela é uma conexão de vida. Do mesmo modo que as exteriorizações da vida se mantêm numa conexão íntima com o ser vivo sem nada significarem para ele, assim a tradução é produzida a partir do original. Mais propriamente falando, não tanto a partir da sua vida como da sua sobrevivência. Se, no entanto, a tradução é posterior ao original e assinala, no caso das obras importantes, o estado da sua persistência vital, os seus

tradutores eleitos não se encontram nunca na época do seu nascimento. É num sentido completamente não-metafórico que o pensamento da vida e da persistência da vida nas obras de arte deve ser compreendido. Mesmo nos tempos de pensamento mais acanhados se supôs que a vida não devia ser atribuída unicamente à corporeidade orgânica. Mas não se trata por isso, como o tentou Fechner, de estender o seu domínio ao débil ceptro da alma, nem se pode definir a vida a partir de momentos normativos da animalidade, como a sensação, que só pode assinalar a vida ocasionalmente. Ao invés, só é feita justiça ao conceito de vida, se o reconhecermos em tudo o que dá origem à história e não apenas o que é o seu palco. Porque, em última análise, o círculo total da vida só deve ser determinado pela história e não pela natureza (e muito menos por coisas tão débeis como sensação e alma). Cabe, por conseguinte, ao filósofo a tarefa de compreender toda a vida natural, a partir do âmbito mais envolvente da história. E, pelo menos, não é a persistência vital das obras incomparavelmente mais fácil de reconhecer do que a das criaturas? A história das grandes obras de arte conhece a sua filiação a partir das fontes, a sua conformação na época do artista e o período, por princípio eterno, da sua persistência vital nas gerações subsequentes. A esta última, quando vem à luz do dia, chamamos glória. As traduções não só não favorecem essa glória, como o costumam pretender os maus tradutores, como, inversamente, lhe devem a sua existência. Na tradução, a vida do original alcança o seu mais tardio e envolvente desdobramento permanentemente renovado.

Este desdobramento, enquanto desdobramento de uma vida própria e elevada, é determinado através de uma conformidade a fins própria e elevada. Vida e conformidade a fins: a sua conexão aparentemente evidente, subtrai-se, no entanto, mesmo ao conhecimento, e só se revela, quando aquele fim, em vista do qual se fazem sentir todas as conformidades particulares a fins da vida, é procurado não na esfera que lhe é própria, mas sim numa esfera mais elevada. Todos os fenómenos finais da vida bem como a sua finalidade em geral são, em última análise, finais não para a vida, mas para a expressão da sua essência, para a representação da sua significação. Do mesmo modo, a tradução é final para a expressão da relação mais íntima das línguas umas com as outras. Pode ser que lhe seja impossível revelar, impossível produzir, esta mesma relação oculta, mas

pode representá-la, actualizando-a embrionariamente e intensivamente. Ora, esta representação de um significado por meio de uma tentativa, por meio do germe embrionário da sua restituição, é um modo absolutamente original de representação, não podendo ser encontrada no domínio da vida não-linguística. Pois esta conhece, em analogias e sinais, outros tipos de alusão diferentes desta actualização intensiva, i.e., antecipativa e anunciadora. Aquela relação íntima pensada entre as línguas é a de uma convergência particular. Ela consiste no facto de as línguas não serem estranhas umas às outras, sendo aparentadas naquilo que querem dizer e isto a priori, pondo de lado todas as relações históricas.

Com esta tentativa de explicação, aliás, a (nossa) consideração parece, por um desvio inútil, desaguar de novo na teoria tradicional da tradução. Se, na tradução, o parentesco das línguas deve ser preservado, como se poderia realizá-lo a não ser transmitindo, o mais correctamente possível, a forma e o sentido do original? Aquela teoria não saberia, na verdade, compreender o sentido desta exactidão, não poderia, portanto, finalmente, fazer justiça àquilo que é essencial nas traduções. Na verdade, porém, o parentesco das línguas é testemunhado muito mais profunda e determinadamente numa tradução do que na semelhança superficial e indefinível de dois poemas. Para se compreender a autêntica relação entre original e tradução devemos empregar um critério, cujo propósito é completamente análogo à dos processos reflexivos nos quais a crítica do conhecimento tem de provar a impossibilidade de uma teoria da imagem-cópia. Se aqui se mostra que no conhecimento não pode haver objectividade, nem sequer a exigência de objectividade, se ele consistir numa imagem-cópia do real, ali, por seu lado, é demonstrável que nenhuma tradução será possível se aspirar, como se fosse a sua última essência, à semelhança com o original. Pois na sua persistência vital — nome que seria impróprio se não designasse metamorfose e renovação do vivente — o original altera-se. Também para as palavras fixadas existe um amadurecimento posterior. Aquilo que na época do autor foi tendência da sua linguagem poética, pode vir a desaparecer mais tarde, tendências imanentes podem elevar-se, de modo inédito, daquilo que já está formado. Aquilo que era fresco pode tornar-se mais tarde caduco, o que era usual pode soar mais tarde de modo arcaico. Procurar o essencial de tais metamorfoses,

bem como das constantes transformações de sentido, na subjectividade daquele que nasceu depois, em vez de a procurar na vida própria da língua e das suas obras, significa confundir — mesmo o psychologismo mais crasso havia de admiti-lo — a base com a essência de uma coisa; falando estritamente, tratar-se-ia de negar um dos processos históricos mais poderosos e fecundos, partindo da debilidade do pensamento. E ainda que quiséssemos converter o último traço do autor em golpe de misericórdia, nem assim salvaríamos da morte aquela teoria da tradução. Porque, assim como o som e o significado dos grandes poemas se modificam completamente com os anos, assim também se transforma a língua materna do tradutor. Sim, enquanto a palavra do poeta sobrevive na sua língua, a melhor tradução está destinada a afundar-se no crescimento da sua língua, a afundar-se nas suas renovações. Por isso a tradução está tão longe de ser a equação surda entre duas línguas defuntas, que lhe cabe precisamente, sob todas as formas, como o que lhe é o mais próprio, atender ao amadurecimento posterior da palavra alheia, atender às dores de parto da sua própria.

Se o parentesco das línguas se manifesta na tradução, trata-se de uma coisa diferente da vaga semelhança entre cópia e original. Aliás, como é evidente, a semelhança não tem necessariamente de aparecer no parentesco. E também neste caso o conceito de parentesco está de acordo com o seu sentido estrito neste contexto, já que, em ambos os casos, não basta ser definido através da igualdade da proveniência, ainda que o conceito de proveniência se mantenha evidentemente indispensável para a determinação daquele sentido estrito. Onde se poderá procurar o parentesco entre duas línguas, pondo de lado o parentesco histórico? Tão pouco na semelhança dos poemas como na das palavras. Qualquer parentesco supra-histórico consiste, antes, no facto de, em cada uma delas, enquanto uma totalidade, se querer dizer o mesmo; isto não é alcançável, todavia, por nenhuma delas tomada isoladamente, mas unicamente na totalidade das intenções, que se completam umas às outras: na língua pura. Por exemplo, enquanto todos os elementos singulares das línguas estrangeiras: as palavras, as frases, os contextos, se excluem, estas línguas completam-se nas suas próprias intenções. Compreender com exactidão esta lei, que é uma das leis fundadoras da filosofia da linguagem, equivale a distinguir na intenção o que se quis dizer do modo de querer dizer.

Por exemplo, em “Brot” [Pão] e “Pain”, o que se quis dizer é o mesmo, mas, em contrapartida, o modo de o querer dizer não o é. No modo de querer dizer reside precisamente o facto de ambas as palavras significarem mesmo qualquer coisa de diferente para franceses e alemães, de não serem, para eles permutáveis, tendendo, em última análise, a excluir-se; no que se quis dizer, porém, absolutamente tomado, elas significam o mesmo. Enquanto, desta maneira, nestas duas palavras, o modo de querer dizer se contraria um ao outro, completa-se nas duas línguas de onde elas procedem. Nelas, o modo de querer dizer completa-se tendendo para o querido dizer. O que se quis dizer nas línguas singulares e incompletas não deve ser encontrado na sua relativa autonomia, como nas palavras e frases singulares (isoladas), deve, antes, inversamente, ser compreendido em metamorfose contínua, até que a partir da harmonia de todos os modos de querer dizer possa irromper como a língua pura. Por muito que seja o tempo que isto permaneça escondido nas línguas. Mas se estas crescerem até ao fim messiânico da sua história, então é a tradução que se inflama na eterna persistência vital das obras e no renascer infinito das línguas, que há-de sempre, de cada vez, pôr à prova o santo crescimento das línguas: por mais longe que esteja da revelação do seu mistério e por mais presente que esta distância esteja do nosso saber.

Em qualquer dos casos, é de admitir que qualquer tradução é apenas um modo efêmero de nos confrontarmos com a estranheza das línguas. Permanece negada ao homem uma solução desta estranheza que não seja temporal e provisória, não lhe é permitida uma solução instantânea e definitiva ou, pelo menos, ele não pode aspirar a ela directamente. Indirectamente, no entanto, consegue-o o crescimento das religiões, que amadurece nas línguas a semente escondida de uma língua mais elevada. A tradução, portanto, por muito que não possa fazer valer a exigência da permanência para as suas formas — no que difere aqui da arte — não renega o seu caminhar em direcção a um estádio último, definitivo e decisivo de todo o destino linguístico. Nela, o original ascende por assim dizer a uma atmosfera da língua mais elevada e pura, na qual ele, na verdade, não pode viver em permanência, do mesmo modo que nem de longe alcança esse espaço em todas as particularidades da sua forma, para o qual, no entanto, aponta de uma maneira maravilhosamente penetrante, como o domínio predestinado e negado da

reconciliação e da plenitude das línguas. O original não o alcança pela violência, existindo nele o que numa tradução é mais do que comunicação. Mais rigorosamente, pode-se determinar este cerne essencial, como o que na tradução, por sua vez, é intraduzível. Por mais que se possa extrair comunicação da tradução, traduzindo-a de novo, manter-se-á intocável aquilo para onde converge o trabalho do verdadeiro tradutor. Isso não é transmissível do mesmo modo que a palavra poética do original, pois a relação entre o conteúdo e a língua é completamente diferente no original e na tradução. Se estas relações formam no caso do original uma unidade semelhante à do fruto e da casca; no caso da tradução, a língua envolve o seu conteúdo como um manto real em amplas pregas. Pois ela significa uma língua mais elevada do que ela; por isso permanece desproporcionada, forçada e estranha à sua própria matéria. Esta fractura não só impede qualquer transmissão, como a torna, ao mesmo tempo, dispensável. Pois cada tradução de uma nova obra representa, num determinado momento histórico da língua, por relação a um determinado aspecto do seu conteúdo, as traduções que existem em todas as línguas restantes. A tradução transplanta, portanto, o original para um domínio da língua pelo menos – de um ponto de vista irónico – mais definitivo, ao passo que não se podia, através de qualquer transmissão deslocá-lo desse domínio, e, pelo contrário, só nele o original pode ser sempre elevado de novo e em novos aspectos. Não é em vão que a palavra “irónico” nos pode fazer lembrar os percursos do pensamento dos românticos. Estes, antes de quaisquer outros, alcançaram uma compreensão intuitiva da vida das obras, da qual a tradução é um testemunho supremo. Não há dúvida de que a esta mal a reconheceram, dedicando, antes, à crítica toda a sua atenção, a qual também representa um momento, ainda que menor, da persistência vital das obras. E, no entanto, mesmo se a sua teoria pouco se orienta para a tradução, a sua grande obra de tradução é mesmo conforme a um sentimento da essência e da dignidade desta forma. Tudo leva a crer que este sentimento não precisa necessariamente de existir no seu estado mais intenso no poeta; talvez mesmo conheça nele, enquanto poeta, o seu espaço mais acanhado. Nem uma só vez a história confirmou o preconceito convencional, de acordo com o qual os tradutores mais importantes seriam poetas e que os poetas mais insignificantes seriam maus tradutores. Uma série dos maiores, como Lutero, Voss, Schlegel, são incomparavelmente mais importantes como tradutores do que como poetas; outros, entre

os maiores, como Hölderlin e Georg, não se podem compreender apenas — dada a total amplitude da sua criatividade — sob o conceito do poeta. E também não apenas como tradutores. Ora, tal como a tradução é uma forma própria, também a tarefa do tradutor, enquanto forma própria, só se pode compreender se for distinguida rigorosamente da tarefa do poeta.

Ela consiste em encontrar na língua em que se faz a tradução a intenção a partir da qual se ressuscita nessa língua o eco do original. Aqui reside um traço distintivo da tradução por relação à obra poética, porque a intenção desta não visa nunca a língua enquanto tal, a sua totalidade, mas apenas imediatamente determinadas conexões linguísticas de conteúdo. A tradução não se encontra, porém, como a poesia, por assim dizer, no próprio interior da floresta da língua, mas sim fora dela, frente a ela, e sem poder entrar nela, ela invoca o original para aquele lugar único, onde, de cada vez, o eco pode fazer ressoar uma obra de língua estrangeira na sua própria língua. Não só a sua intenção visa uma coisa diferente da intenção poética, nomeadamente uma língua na sua totalidade, a partir de uma obra de arte única numa língua estrangeira, como, enquanto tal, é completamente diferente: a intenção do poeta é ingénuo, primeira, intuitiva, a do tradutor, derivada, última, idealizada. Pois é o grande motivo de uma integração das várias línguas numa língua verdadeira que dá plenitude ao seu trabalho. Trata-se de uma integração, na qual as frases, os poemas, os juízos, tomados isoladamente, nunca se harmonizam uns com os outros – e isto também por mais que dependam da tradução –, na qual, no entanto, as línguas se harmonizam umas com as outras, se completam e reconciliam no modo do seu querer dizer. Se, em todo o caso, existir uma língua da verdade, na qual são conservados sem tensões e silenciosamente os últimos segredos, com os quais todo o pensamento se ocupa, então esta língua da verdade é a verdadeira língua. E é precisamente esta – em cuja aspiração e descrição reside a perfeição única, pela qual o filósofo pode ansiar – que está intensamente oculta nas traduções. Não há nenhuma Musa da filosofia como também não há nenhuma Musa da tradução. Banalidades, porém, como o querem fazer supor os artistas sentimentais é que elas não são. Porque há um *ingenium* filosófico cujo anseio mais íntimo se move para aquela língua que se manifesta na tradução. “Les langues imparfaites en cela que plusieurs,

manque la suprême: penser étant écrire sans accessoires, ni chuchotement mais tacite encore l'immortelle parole, la diversité, sur terre, des idiomes empêche personne de proférer les mots qui, sinon se trouveraient, par une frappe unique, elle même matériellement la vérité.” Se o que Mallarmé pensou nestas palavras é avaliável em sentido rigoroso pelo filósofo, então a tradução, com o germe embrionário de uma tal língua, está a meio-caminho entre a poesia e a doutrina. A sua obra subordina-se à cunhagem destas duas, mas não é por isso que se impregna menos profundamente na história.

Se a tarefa do tradutor nos aparece a esta luz, parece que os caminhos que levam à sua resolução se escurecem, cada vez mais impenetráveis. Sim, esta tarefa: levar ao seu amadurecimento, na tradução, as sementes da língua pura, não parece jamais resolúvel, determinável em nenhuma solução. Pois não se tirará a base de uma tal solução, no momento em que a restituição do sentido deixa de ser decisiva? E não é precisamente esta – vendo-o negativamente – a significação de tudo quanto foi dito anteriormente? Fidelidade e liberdade – liberdade de reconstituição conveniente do sentido e, ao seu serviço, a fidelidade para com a palavra, são os velhos conceitos alegados em qualquer discussão sobre tradução. Eles parecem não servir já para uma teoria que procure na tradução uma coisa diferente da restituição do sentido. Com efeito, a sua aplicação tradicional vê sempre estes conceitos numa discórdia incessante. Pois como pode precisamente a fidelidade levar a cabo propriamente a restituição do sentido? A fidelidade na tradução da palavra singular não pode quase nunca restituir completamente o sentido que tem no original. Pois o sentido, de acordo com a sua significação poética para o original, não se esgota no que se quis dizer, mas, ao invés, obtém-na (a significação), através do modo como o que se quis dizer está unido, numa palavra determinada, ao modo de querer dizer. Costuma expressar-se isto pela fórmula que diz que as palavras comportam uma tonalidade sentimental. Mesmo a literalidade em relação à sintaxe atropela qualquer restituição de sentido e ameaça, por vezes, conduzir-nos ao incompreensível. As traduções de Sófocles por Hölderlin apareceram no século XIX como exemplos monstruosos de uma tal literalidade. Compreende-se facilmente quanto, em última análise, a fidelidade na restituição da forma dificulta a do sentido. De acordo

com isto, a exigência de literalidade não é deduzível do interesse pela preservação do sentido. Com efeito, a liberdade desregrada do mau tradutor serve mais esta preservação e muito menos, com efeito, a poesia e a língua. Aquela exigência – cujo direito é evidente e cujo fundamento está muito escondido – deve ser, portanto, necessariamente compreendida a partir das conexões mais adequadas. Assim como para poder reajustar os cacos de um vaso, é preciso que eles correspondam uns aos outros nos mais pequenos pormenores, mas não têm de ser iguais, também a tradução, em vez de se tornar igual ao sentido do original, tem, antes, de configurar-se amorosamente na própria língua até ao ínfimo pormenor do seu modo de querer dizer, a fim de as tornar a ambas, tomadas como cacos, reconhecíveis enquanto fragmentos de um vaso, enquanto fragmentos de uma língua mais ampla. Precisamente por isso a tradução deve abdicar em muito grande medida da intenção de comunicar algo do sentido e o original é-lhe essencial unicamente nisto: porque retira ao tradutor e à sua obra a preocupação e a disciplina daquilo que há para comunicar. Também no domínio da tradução é válido: no princípio era a palavra. Em contrapartida, a sua língua tem mesmo de descuidar-se com o sentido, para que a sua “*intentio*” [a do sentido] ressoe não como restituição, mas como harmonia, como complemento para a língua na qual esta [a *intentio*] se comunica, para que possa ressoar o seu próprio modo de *intentio*. Por conseguinte, acima de tudo na época da sua génese, o maior mérito de uma tradução não é o de ler-se como se fosse um original na sua língua. O seu mérito é, antes, a significação da fidelidade, que é garantido através da literalidade, de tal modo que a grande nostalgia da completude das línguas fale a partir da obra. A verdadeira tradução é transparente, ela não oculta o original, não lhe rouba a luz, faz com que, inversamente, a língua pura, reforçada através do seu próprio “*medium*”, incida com maior plenitude sobre o original. Isto consegue-o acima de tudo a literalidade da sintaxe na tradução e mostra precisamente que o elemento original do tradutor é a palavra e não a frase. Porque a frase é o muro que defende a língua do original, a literalidade, a arcada.

Se a fidelidade e a liberdade têm sido consideradas desde sempre como tendências opostas, esta interpretação mais profunda de uma delas não parece reconciliá-las. Inversamente, parece negar todos os direitos à outra. Pois, a que é que a liberdade se refere a não ser à restituição do sentido, que deve deixar de ser considerada legisladora? E mesmo que o sentido de uma forma linguística pudesse ser tomado como idêntico ao da

sua comunicação, ficar-lhe-ia ainda, para além de qualquer comunicação, qualquer coisa de último, qualquer coisa de decisivo, muito perto e, mesmo assim, infinitamente longe dele, oculto sob ele ou claramente formulado, enfraquecido ou reforçado por ele. Permanece em todas as línguas e nas suas formas, para além do comunicável, um incomunicável, um Simbolizante ou Simbolizado, conforme o contexto em que se encontra. Simbolizante unicamente nas formas finitas da língua; Simbolizado, porém, no devir da própria língua. E o que se procura apresentar e mesmo produzir no devir das línguas é aquele cerne da própria língua pura. Se, todavia, mesmo oculto e fragmentário, aquele cerne está presente na vida enquanto o próprio Simbolizado, ele não habita nas obras senão simbolizando. Se aquela essencialidade última, que é aqui a própria língua pura, só está ligada nas línguas à esfera da linguagem e às suas metamorfoses, nas suas obras, por sua vez, está prenhe de um sentido difícil e alheio. Libertá-la desse sentido, converter o Simbolizante no Simbolizado, restaurar a língua pura, plasmada no movimento linguístico, é o imenso e único poder da tradução. Nesta língua, que já não quer dizer nada e nada mais expressa, e que, inversamente, é, enquanto palavra inexpressiva e criadora, o que se quis dizer em todas as línguas, reúne-se finalmente toda a comunicação, todo o sentido e toda a intuição numa região, na qual eles estão destinados a extinguir-se. E precisamente nela se confirma a liberdade da tradução como uma nova e mais elevada prerrogativa. Ela não deve a sua existência ao sentido da comunicação, do qual a tarefa da fidelidade consiste precisamente em emancipar-se. A liberdade comprova-se, antes, submetendo à língua pura a sua própria (aceitando a actualização da língua pura na sua própria). A tarefa do tradutor consiste em redimir na sua própria língua esta língua pura que está desterrada em terra alheia, descativá-la da obra em que está presa, dando-lhe forma poética. Por amor dela, ele destroça as velharias podres da sua própria língua: Lutero, Voss, Hölderlin, Georg, alargaram as fronteiras da língua alemã. Pode-se captar, através de uma comparação, que espécie de significação, de acordo com isto, a relação entre original e tradução mantém com o sentido. Assim como a tangente toca ao de leve e unicamente num ponto a circunferência, e do mesmo modo que a lei prevê e prescreve o seu contacto mas não o ponto, de acordo com o qual a tangente continua em linha recta até ao infinito, assim também a tradução toca ao de leve no original e apenas num infinitamente pequeno ponto do sentido, para prosseguir,

segundo a lei da sua fidelidade, na liberdade do movimento da língua, o seu próprio caminho. Rudolf Pannwitz caracterizou a verdadeira significação desta liberdade, embora sem a nomear ou fundamentar, em considerações que se encontram na *Crise da Cultura Europeia* e que, ao lado das frases de Goethe nas notas ao *Divan* constituem, sem dúvida, o melhor que apareceu na Alemanha sobre a teoria da tradução: “as nossas versões, mesmo as melhores, partem de um princípio falso: querem germanizar o indiano, o grego, o inglês, em vez de indianizar, helenizar e anglicizar o alemão. Têm uma veneração mais significativa em relação aos seus próprios hábitos linguísticos do que em relação ao espírito da obra alheia [...] o erro fundamental do tradutor consiste em agarrar-se ao estado ocasional da sua própria língua, em vez de a fazer mover profundamente através da alheia. Ele tem de, pelo menos se traduz a partir de uma língua muito afastada, fazer remontar os últimos elementos da própria língua, onde palavra, imagem e som constituem um todo; não possuímos qualquer conceito da medida da possibilidade, dos limites até onde cada língua pode ir, transformando-se; cada língua distingue-se de outra quase só como um dialecto de outro, mas isto não se compreende se a tomarmos superficialmente, mas se a tomarmos com gravidade.”

Até que ponto pode uma tradução corresponder à essência desta forma, é objectivamente determinado pela traduzibilidade do original. Quanto menos valor e dignidade tiver a sua língua, quanto mais ela for comunicação, tanto menos ganhará com isso a tradução, até que a preponderância completa daquele sentido, em vez de ser a alavanca para uma tradução plenamente conformada, a faça malograr. Quanto mais elevada for a forma de uma obra, tanto mais esta mesma se mantém ainda traduzível, no contacto fugitivo com o seu sentido. Isto só tem valor, é evidente, para os originais. Em contrapartida, as traduções revelam-se intraduzíveis não por causa do seu peso, mas, inversamente, devido à excessiva leveza com a qual o sentido nelas se imprimiu. As traduções de Hölderlin, em especial as das tragédias de Sófocles, dão a confirmação desta, bem como de cada uma das outras perspectivas essenciais. Nelas a harmonia das línguas é tão profunda que o sentido só é tocado pela língua como uma harpa eólica pelo vento. As traduções de Hölderlin são imagens originárias da sua forma: elas estão para as mais perfeitas versões daqueles textos como a imagem originária para a imagem modelo,

tal como o mostra a comparação da tradução de Hölderlin e de Borchardt da terceira Ode Pítica de Píndaro. Precisamente por isso habita nelas, antes de mais, o tremendo e originário perigo de qualquer tradução: que os portões de uma língua tão alargada e bem dominada acabem por se fechar, encerrando o tradutor no seu silêncio. As versões de Sófocles foram as últimas obras de Hölderlin. Nelas o sentido precipita-se de abismo em abismo, até ameaçar perder-se nas profundezas insondáveis da língua. Mas existe uma paragem possível. Não existe, no entanto, nenhum texto além do sagrado no qual o sentido deixe de ser o separar das águas entre as torrentes da língua e as torrentes da revelação. No momento em que o texto, imediatamente, sem sentido intermediário, pertence, na sua literalidade, à verdadeira língua, à verdade ou à doutrina, aí ele é pura e simplesmente traduzível. E não por sua vontade, mas por vontade das línguas. É exigida em relação a ele uma confiança ilimitada da tradução, de tal modo que, sem tensão, língua e revelação têm aqui de se reunir, sob a forma de versão inter-linear, como no outro caso literalidade e liberdade. Pois todos os grandes escritos contêm num certo grau — os sagrados, porém, no mais alto grau — entre as linhas a sua tradução virtual. A versão inter-linear do texto sagrado é a imagem originária ou ideal de qualquer tradução.